

O sítio como mediador de sentido.
Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental
pré-histórico do Norte de Portugal.

Susana Oliveira Jorge

Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 583-611

O sítio como mediador de sentido. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal.

Susana Oliveira Jorge *

"Em Ersília, para estabelecer as relações que governam a vida da cidade, os habitantes estendem fios entre as esquinas das casas, brancos ou pretos ou cinzentos ou pretos e brancos, conforme assinalem relações de parentesco, permuta, autoridade, representação. Quando os fios são tantos que já não se pode passar pelo meio deles, os habitantes vão-se embora: as casas desmontadas; só restam os fios e os suportes dos fios.

Da vertente de um monte, acampados com as mobílias, os refugiados de Ersília vêem o intricado de fios estendidos e de postes que se ergue na planície. Isto é ainda a cidade de Ersília, e eles não são nada.

Reedificam Ersília noutra lugar. Tecem com os fios uma figura semelhante que desejariam mais complicada e ao mesmo tempo mais regular que a outra. Depois abandonam-na e levam ainda para mais longe tanto a si próprios como as suas casas.

Assim viajando no território de Ersília encontramos as ruínas das cidades abandonadas, sem as muralhas que não duram, sem as ossadas dos mortos que o vento faz rebolar: teias de relações intrincadas que procuram uma forma".

Ítalo Cahino "As Cidades Invisíveis" O. Introdução

O sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão (V N^â de Foz Côa) tem sido arqueologicamente intervencionado desde 1989 até à actualidade. Sobre ele já se produziram múltiplos trabalhos de investigação, os quais constituem a base documental publicada que serve de apoio ao presente texto.

A cronologia absoluta de Castelo Velho tomou como ponto de partida a análise de 30 datas de C14, sobre a qual incidiu um recente trabalho de colaboração Jorge, S. O. e Rubinos, A, 2002).

A arquitectura do "monumento" foi objecto de curtos apontamentos (Jorge, S. O., 1993,1994, 1998 a), sendo pretexto duma reflexão mais desenvolvida no actual trabalho.

Os recipientes cerâmicos foram tratados parcialmente em dissertações de mestrado de arqueologia, apresentadas à FLUP durante a década de 90 (Cruz, M. D. G., 1993; Botelho, I. T., 1996; Silva, C. M. C, 1996; Muralha, J., 1996; Pereira, L S., 1999; Varela, J. M., 2000). Sobre um fragmento de vaso campaniforme cordado foi realizada recentemente uma breve abordagem Jorge, S. O., no prelo b).

Os artefactos líticos foram alvo dum primeiro estudo em 1996 (Muralha, J., 1996). Os vestígios de espécies vegetais foram analisados ao longo da década de 90 (Figueiral, L, 1998,1999). Por sua

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
E-mail: vojsoj@mail.telepac.pt

vez, os vestígios osteológicos (fauna e ossos humanos) foram já parcialmente identificados (Antunes, M. T., 1995; Antunes, M. T. e Cunha, S., 1998).

Encontram-se actualmente em preparação três teses de mestrado e uma de doutoramento (respectivamente da autoria de L Baptista, M. L Oliveira, S. Gomes e G. Velho), a apresentar à FLUP, cujo objectivo é o estudo da globalidade dos materiais e a constituição duma base de dados informatizada.

O presente texto utiliza selectivamente os dados publicados, e ainda informações inéditas disponibilizadas quer pelos autores já referidos (que preparam teses de mestrado/doutoramento), quer pelos cientistas que integram o projecto de investigação do sítio (nomeadamente Miguel Telles Antunes, Isabel Figueiral e António Rubinos).

Os dados relativos a materiais metálicos, objectos de adorno e pesos de tear resultaram duma análise prévia da autora.¹

O presente texto não deve ser tomado como uma síntese anterior à futura monografia², mas antes como uma reflexão preliminar, que utiliza dados de diferente natureza (publicados e inéditos), para melhor enquadrar uma exposição que se pretende prospectiva.³

I. O sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão: uma abordagem arqueológica

1. Não existem razões para supor que antes de 3000 A. C. o topo do esporão de Castelo Velho tenha sido ocupado.

Por volta deste marco o cume do morro revelou vestígios duma *primeira ocupação*, aparentemente efémera, articulável com sedimentos de cor acinzentada, a que se deu o nome de camada 4. Tais sedimentos observam-se em áreas descontínuas e restritas, descrevendo um arco de círculo localizado sob um recinto construído num momento imediatamente posterior (Fig. 1).

Em correspondência com esses sedimentos, foram edificadas lareiras, estruturas de combustão, "lajeados", fossas, buracos de poste e ainda um torreão (T1) (Fig. 1). Tal torreão, virado a sudoeste, constitui, até ao presente, a estrutura mais imponente e duradoura desta *primeira fase construtiva*. De realçar, desde já, que este torreão, construído por volta de 3000 A. C, manter-se-á activo até c. 1300 A. C, funcionando durante mais de mil e quinhentos anos.

Durante esta primeira fase, que poderá ter durado uma centena de anos, foram observados indicadores duma paisagem envolvente de ambiência mediterrânica (ligeiramente mais húmida do que na actualidade), onde surgem indícios dum bosque de azinheiras e sobreiros/carrascos. Foram ainda reconhecidos vestígios de carvalho de folha caduca, de medronheiro, de freixo, de giesta e de pilriteiro.

Os dados arqueozoológicos são muito parcos. Apenas foram identificados o boi e o carneiro.

Entre os materiais detectados sobressaiem os vasos cerâmicos, cujo fabrico e decoração de alguns parecem diferir de exemplares de momentos posteriores. De resto, o aspecto vestigial da globalidade dos artefactos pode dever-se tanto à especificidade desta primeira ocupação, como a processos pós-deposicionais e/ou a "limpezas" que a tornaram materialmente pouco expressiva. Aliás, tal situação, que é correlativa duma profunda movimentação sedimentar, de origem natural e/ou antrópica, encontra-se bem representada na "desadequação" da maioria das datas de C14: de sete datas, apenas uma (ICEN 535 - 3018 - 2465 cal BC) deverá reflectir a realidade arqueológica. A maior parte das amostras de carvão datadas pela C14, provém de áreas que foram sujeitas a

¹ Ressalve-se que a análise dos materiais líticos e cerâmicos se encontra actualmente em processo de revisão pela equipa que se dedica ao seu estudo global. Assim, os dados relativos aqueles materiais, usados neste trabalho, resultaram de investigações maioritariamente realizadas na primeira metade dos anos 90. A excepção de estudos de arqueozoologia e paleo-botânica (que abrangem amostras identificadas ao longo de toda década de 90), os restantes estudos publicados incidem sobre materiais arqueológicos, cuja apreciação se encontra em fase de reanálise com vista à preparação duma futura monografia do sítio.

² A equipa que se encontra envolvida na preparação da futura monografia de Castelo Velho de Freixo de Numão é constituída pela autora (responsável pela coordenação e por alguns capítulos), e ainda por J. Muralha, S. Rodrigues, J. Varela, L. Pereira, G. Velho, L. Baptista, M. L. Oliveira, S. Gomes, H. Martins e J. Alves. Colaboram ainda, entre outros investigadores, M. T. Antunes e S. Cunha, I. Figueiral e A. Rubinos.

³ Sobre a evolução interpretativa da global funcionalidade do sítio de Castelo Velho consulte-se: Jorge, S. O., 1993,1994,1998 a, b, 2001,2002c, no prelo.

alterações operadas ao longo dos séculos seguintes, nomeadamente através da construção dum recinto, da edificação de "entradas" e da sua posterior "condenação". Tais acções poderão explicar as datações tardias de algumas amostras que, efectivamente, deverão remontar a momentos posteriores à deposição da camada 4.

2. De c. 2900 A.C. até inícios do 2^o milénio A.C. desenvolve-se uma *segunda fase construtiva* (Figs. 2, 3 e 4).

Esta segunda fase comporta, do ponto de vista arquitectónico, a emergência, no alto do morro, dum *monumento* construído (Jorge, S.O., 1998 b). Exteriormente ao monumento, vemos surgir, a leste, um *murete/talude* (m/t), que deve ter funcionado como separador espacial; a leste, sudeste e sul, temos vestígios de quatro *fundos de cabanas* (C) (Fig. 3). Todas estas estruturas se articulam com sedimentos de cor amarelada, a que se deu o nome de camada 3.

O monumento propriamente dito inclui um *recinto* de planta sub-elíptica delimitado por um murete e, a sul, em anexo, uma área sub-circular designada "*avançado*" (A). A sul, sudoeste, oeste e noroeste surge uma *plataforma intermédia* (PF1), rodeada por uma *rampa ou talude* (RP2).

Por uma questão de comodidade de exposição dividiremos o que se segue entre o que surge no interior do recinto/"avançado" e no seu exterior (plataforma, rampa/talude).

- *Interior do recinto / "avançado"* (Fig. 2)

O recinto, de planta sub-elíptica, deveria ter inicialmente sete "entradas" estando a mais larga localizada a noroeste (W1). No interior, surge, descentrada, a base pétreo duma torre (ou "plataforma") (TR) e, associadas, quatro pequenas estruturas globalmente equidistantes (E). Quase encostadas ao murete delimitador, para além do torreão (T1), ocorrem sete estruturas de planta sub-circular (estruturas 1,2,5, 6, 7,8,10), e, no topo e na base do "avançado", mais três (estruturas 3,4 e 9). Na entrada mais larga (W1), encostada ao muro delimitador, foi detectada uma outra estrutura, de planta sub-quadrangular, contendo uma deposição intacta (constituída sobretudo por sementes de cereal e vasos fragmentados) (S). Tendo em vista o conteúdo de todas estas estruturas, podemos apartar três grandes situações: - uma estrutura fechada, com o conteúdo preservado (estrutura com sementes (S)); - duas estruturas limpas, ao nível da base, e "condenadas" com lajes de xisto (estruturas 4 e 9); - estruturas cujos conteúdos foram alterados mercê das diversas utilizações (as restantes).

Adossadas ao lado externo do recinto foram observadas diversas estruturas: bastião norte (B); estrutura sub-rectangular, a leste (EST); muretes de contenção (m).

- *Exterior do recinto / "avançado": plataforma, rampa/talude* (Fig. 2)

Em frente à entrada sul no recinto, em plena plataforma, e confinando com o limite oeste do "avançado", foi edificado um provável "átio" (A), delimitado por um alinhamento de pedras que, simultaneamente, pontua, naquela zona, o topo da rampa ou talude. Na plataforma, para além do átio, sobressaiem, entre muitas outras, duas estruturas pétreas: uma contendo ossos humanos (E.R.) e outra sendo um torreão (T2).

A rampa ou talude (que, a oeste, sudoeste ou sul pode atingir 8 metros de largura) é constituída por pedra e argila.

Nesta área exterior, e reportando-nos ao conteúdo das principais estruturas, verificamos apenas duas situações: - uma estrutura fechada, com o conteúdo intacto (estrutura com ossos humanos (E.R.)); - estruturas cujos conteúdos foram alterados com as diversas utilizações (restantes estruturas).

Durante esta longa fase construtiva (cerca de 1000 anos ?) manteve-se, aparentemente, a mesma paisagem envolvente, de ambiência mediterrânica, caracterizada na primeira fase construtiva. Para além da ocorrência de vestígios dum bosque de azinheiras, sobreiros/carrascos, verifica-se a presença esporádica do pinheiro bravo e o desenvolvimento do medronheiro, da esteva, do zimbro e do trovisco.

Os dados relativos *k fauna* identificada no sítio são mais abundantes do que no início da ocupação de Castelo Velho. Verificaram-se várias concentrações (no interior e exterior do recinto) e identificaram-se as seguintes espécies: cabra, carneiro, boi (espécies dominantes), coelho, raposa, porco, cobra e mexilhão do rio.

Os *materiais* recolhidos são abundantes e variados. Os vasos cerâmicos, extraordinariamente frequentes, integram, maioritariamente, as formas tradicionais do 3^o milénio A.C. do Norte de Portugal. As decorações, fundamentalmente à base de impressões "penteadas", podem incluir

organizações supra-regionais como o "motivo oculado". De realçar a presença de dois fragmentos cerâmicos (provavelmente do mesmo vaso) com *decoração campaniforme cordada*. Tal decoração surge pela primeira vez no Norte de Portugal, sendo extremamente rara a nível peninsular.

Entre os artefactos de pedra lascada, fundamentalmente de quartzo, surgem apenas sete pontas de seta. Os onze artefactos de pedra polida (de anfíbolite/silimanite) distribuem-se pelas categorias de machado, enxó e goiva ou escopro. Entre os utensílios líticos macrolíticos predominam os artefactos de percussão/polimento (como os percutores, os martelos, os polidores/alisadores, os seixos) de grauvaque, quartzo, quartzito e ainda os dormentes/moventes de granito. Duma forma geral, no que respeita ao *material lítico*, e apesar da longa diacronia desta fase, é diminuta a presença de pontas de seta, lascas retocadas e artefactos polidos, estando ausentes as lâminas. Ao contrário, abundam os artefactos de percussão/polimento e os dormentes/moventes.

Os chamados pesos de tear (placas em cerâmica, de forma sub-retangular, e ainda os designados "troncos de cilindros achatados", também em cerâmica) são abundantes em Castelo Velho, nesta segunda fase. Foram identificadas c. de 151 unidades de placas e 4 unidades de "troncos de cilindros". Enquanto estes se encontravam dispersos pelo recinto, os primeiros apresentavam-se maioritariamente agrupados, quer no interior, quer no exterior do recinto. De sobressair a concentração de vinte e cinco placas no interior do recinto, no seu lado oeste. Foram identificados, ao todo, seis agrupamentos de placas, também predominantemente localizados no lado oeste do monumento. Por outro lado, é possível visualizar duas situações contextuais para as placas de cerâmica: quer no interior de estruturas pétreas, quer em espaços abertos, predominando largamente neste último caso.

Os restantes materiais são: onze *artefactos de cobre* e um de *ouro*; catorze *contas de colar* e três *objectos de adorno*.

Todos estes artefactos foram encontrados disseminados no interior do monumento, sem indiciarem quaisquer vestígios de concentrações.

Seleccionemos agora alguns aspectos sobre os quais valerá a pena debater futuramente.

- Refira-se, em primeiro lugar, o *jogo cénico* implícito na presença/ausência de "entradas". O recinto integrava, como se disse, sete "entradas" (Fig. 2), tendo cinco delas sido fechadas ainda durante a segunda fase construtiva (Fig. 4). Coloca-se muito naturalmente a questão: tais "entradas" foram sendo fechadas sucessivamente?; e neste caso, foram sendo fechadas, uma a uma, ou por grupos?; tais "entradas" foram fechadas simultaneamente?

Todas estas perguntas supõem que o recinto foi construído incluindo inicialmente as sete "entradas". Contudo, de facto, podemos visualizar, pelo menos, seis cenários teóricos plausíveis.

- 1^ª hipótese: - edificação do recinto com sete "entradas";
 - fecho sucessivo, uma a uma, das cinco "entradas", de forma a manter-se no final, apenas duas.
- 2- hipótese: - edificação do recinto com sete "entradas";
 - fecho sucessivo, por grupos, das cinco "entradas".
- 3- hipótese: - edificação do recinto com sete "entradas";
 - fecho simultâneo das cinco "entradas", de forma a manter-se, no final, apenas duas.
- 4- hipótese: - edificação do recinto com menos de sete "entradas" (por ex., duas);
 - construção simultânea de "entradas" (por ex., cinco), de forma a manter-se, no final, apenas duas.
- 5^ª hipótese: - edificação do recinto com duas "entradas";
 - construção sucessiva, uma a uma, de cinco "entradas";
 - fecho sucessivo, uma* a uma, de cinco "entradas", de forma a manter-se no final, apenas duas.
- 6- hipótese: - edificação do recinto com menos de sete "entradas" (por ex., duas);
 - construção sucessiva, por grupos, de "entradas" (por ex., cinco);
 - fecho sucessivo, por grupos, de "entradas" (por ex., cinco), de forma a manter-se, no final, apenas duas.

É óbvio que a construção ou fecho (sucessivo ou por grupos) pode apressar ou dilatar o tempo de utilização das "entradas", segundo várias combinatórias, que também aumentam apreciavelmente a lista de hipóteses teóricas plausíveis.

De qualquer das formas, enquanto as primeiras três hipóteses configuram uma situação em que se parte de sete "entradas" (condicionadas) para apenas duas (o afunilamento, lento ou rápido, pressupõe uma diminuição das possibilidades cénicas, uma vez que se fecham "portas"), as outras seguintes formulam uma situação de expansão/retracção de "entradas". O movimento, lento ou rápido, de expansão/retracção, pressupõe alternativas na possibilidade de se entrar, de forma mais ou menos condicionada, heterogénea ou complexa. Por outro lado, entre as três primeiras e as três últimas hipóteses, existe uma diferença substancial: a deslocação, do início para o meio do processo, da maior exuberância cénica, expressa na presença simultânea do maior número de "entradas".

O registo arqueológico é opaco sobre a maior ou menor verosimilhança de todas estas hipóteses. Acrescente-se que, de algumas estruturas pétreas que terão funcionado inicialmente em interacção com as "entradas" (Fig. 2), chegou até nós exclusivamente o último conteúdo, o qual já não era contemporâneo da fase em que aquelas "entradas" se encontravam abertas.

Finalmente, saliente-se que, apesar de teoricamente verosímeis, as últimas três hipóteses apresentadas implicam desmontar-se o murete delimitador do recinto. Duma certa perspectiva, pode considerar-se menos "agressivo" construir uma arquitectura cujas aberturas se vão fechando com o tempo (as três primeiras hipóteses) do que construir e depois "mutilar" o edifício (as três últimas hipóteses). É óbvio que o conceito de "mutilação" arquitectónica depende de considerações culturais/sociais cuja natureza se desconhece, no caso concreto, na sua dimensão espaço-temporal.

-Em segundo lugar, saliente-se a ocorrência de *áreas de sobreposição de várias categorias de materiais/artefactos*. No caso de certos materiais (vasos cerâmicos, pesos de tear e alguns artefactos líticos), tais áreas acusam também grande densidade de objectos. Foram detectadas, basicamente, duas grandes áreas de sobreposição: a área Z e a área Y (Fig. 4). A *área Z* situa-se no interior do recinto, no seu lado oeste. Abrange várias lareiras, distintos agrupamentos de pesos de tear, fossas, buracos de poste e diversas estruturas pétreas. Entre estas, é de destacar a estrutura S (Fig. 4), encostada ao murete delimitador, na entrada W1. Tal estrutura continha um conteúdo selado de sementes de cereal e vasos fragmentados. Nesta área Z foram identificados vasos cerâmicos, pesos de tear, artefactos líticos (de pedra lascada e percutores), sementes de cereal, para além de contas de colar, artefactos de cobre, vestígios de fauna e de espécies vegetais.

A *área Y* situa-se fora do recinto, a oeste, na plataforma intermédia. Encontra-se nas imediações duma importante estrutura pétreas e integra uma concentração de pesos de tear e várias estruturas de combustão. Foram identificados, nesta área, vasos cerâmicos, pesos de tear, um objecto de adorno, fragmentos de cobre e vestígios de fauna e de espécies vegetais.

-Em determinadas estruturas foram achadas posições preservadas, ou seja, conteúdos intactos que revelavam uma intencionalidade formalmente expressa. No interior do recinto temos uma situação excepcional: a oeste, surge uma estrutura fechada com sementes (S). No exterior do recinto, também a oeste, emerge outra estrutura, igualmente fechada, que albergava ossos humanos (E. R.) (Fig. 2). No primeiro caso somos confrontados com um conteúdo constituído por vasos fragmentados, associados maioritariamente a milhares de sementes de cereal. Foram identificados, pelo menos, seis vasos. Contudo, a colocação dos fragmentos de vasos cerâmicos e das sementes obedece a regras que inviabilizam a interpretação linear de "vasos que continham sementes". Pelo contrário, o que se denota é uma con(fusão) deliberada de sementes carbonizadas e de fragmentos de recipientes cerâmicos, transformados estes, isoladamente, em "artefactos", que se manipulam segundo normas sociais de difícil descodificação. No segundo caso deparamo-nos com uma estrutura que sofreu, pelo menos, cinco "momentos" deposicionais, integrando basicamente ossos humanos, fauna, pesos de tear e fragmentos de vasos cerâmicos. Neste contexto, somos levados a destacar dois aspectos: - a rígida formalização da deposição, segundo regras estritas de colocação e de associação; - o estatuto de "artefacto" de todos os elementos que constituem esta deposição, nomeadamente a grande maioria dos ossos humanos e a quase totalidade dos fragmentos de recipientes cerâmicos. Na verdade, tanto a maioria dos ossos, como dos fragmentos cerâmicos são aqui depositados como "reliquias" ritualmente manipuladas, independentemente de terem

pertencido, em outros contextos, a partes de esqueletos e de contentores cerâmicos.

-Voltando a investigar a arquitectura do monumento, após o início da segunda fase construtiva (Fig. 2), verificamos que ocorre uma espécie de *dissimetria monumental*. O monumento alarga-se para oeste e sudoeste. No interior do recinto, a torre (TR), as estruturas equidistantes (E), a estrutura com sementes (S), as zonas Z e Y, todas se concentram a oeste. Por outro lado, ainda no interior do recinto, a leste e sudeste, emergem estruturas com características específicas (estruturas 1,2,3 e 4). Fora do recinto, surge, a oeste e a sudoeste, a plataforma intermédia (inserindo várias estruturas) (PF1) e a rampa/talude (RP2).

A leste, e aparentemente com funções de separação espacial, ocorre apenas um murete/talude (m/t).

A complexificar a interpretação deste edifício, que se desenvolve basicamente para oeste, observamos a emergência duma "plataforma avançada" (A), como que "entornada" para sul, que cria uma descontinuidade com o movimento geral do monumento (Fig. 2).

Esta "dissimetria" global suscita vários comentários. De momento, ocorre-nos destacar sobretudo um. O monumento cria um maior número de barreiras monumentais a oeste e sudoeste, precisamente numa direcção em que, a apenas alguns metros de distância, surge uma pequena elevação que impede a visibilidade a partir e para o monumento.

O apêndice, em "avançado", desenvolve-se para sul, na direcção dum horizonte em que se destacam, a algumas centenas de metros, uma série de elevações mais baixas.

O horizonte mais amplo, polarizado pelo Monte de S. Gabriel (a alguns quilómetros de distância em linha recta), abre-se a leste. Nessa direcção o monumento abrange uma paisagem vastíssima, não tendo sido, no entanto, criadas, desse lado, estruturas tão monumentais.

Ou seja, a dissimetria arquitectónica parece articular-se com o ângulo de paisagem que o monumento domina: *mas, ao contrário do que poderia esperar-se*, não foram construídas estruturas tão monumentais na direcção de maior visibilidade do monumento. Este "olha" o Monte de S. Gabriel e uma ampla paisagem à sua volta. É certo que desta também se visualiza o recinto de Castelo Velho. Mas a complexidade construtiva do monumento operou-se no lado oposto, a oeste: do lado donde menos se domina a paisagem, e relativamente à qual se tem menos "ponto de vista".

-A segunda fase construtiva decorreu, como se disse, ao longo de c. de 1000 anos. Os excessivos intervalos de tempo da maioria das datas de C14 impedem, em primeiro lugar, o manuseamento duma cronologia fina que forneça, com uma margem fiável de segurança, os limites prováveis desta mesma fase. Por outro lado, nem a cronologia absoluta nem a análise arqueológica permitem ultrapassar o carácter de palimpsesto das camadas estratigráficas: os diversos solos de ocupação encontram-se confundidos em planos topográficos que constituem a camada 3.

Daqui decorre que nem podemos visualizar os cenários que presidiram à construção, uso e fecho das "entradas", como também não entrevemos os da construção, utilização, fecho e/ou abandono expresso das estruturas. O que significa que estamos *impossibilitados de recuperar os vários passos construtivos* desta fase. Entre um momento provável em que se edifica o recinto (com as sete "entradas", por ex.), e aquele em que o mesmo é reestruturado (já na terceira fase construtiva), terão ocorrido múltiplos processos de planeamento, ampliação, reutilização, mutilação, danificação, etc, que não deixaram traço no chamado "registo arqueológico". Este aspecto (sempre implícito na análise do sítio) deve ser explicitado no momento de lhe tentarmos conferir intelegibilidade.

-Ao longo da segunda fase construtiva verificou-se um fenómeno que vai ser recorrente durante toda a vida do sítio: *o fecho simbolicamente intencional* ou "*condenação*" de estruturas. Assim, fecharam-se proposadamente as estruturas SeE. R (Fig. 4). Ou seja, após a deposição ordenada dos respectivos conteúdos, colocaram-se, em regra, pedras, de forma a proteger/fechar as estruturas. É óbvio que sobre estas podem ter-se erguido outros dispositivos com materiais perecíveis que não ficaram registados. O facto destas estruturas não terem sido "violadas" em momentos posteriores ao do seu fecho - num lugar circunscrito, permanentemente revisitado durante mais de 1000 anos - implica necessariamente um *interdito*: não era possível tocar posteriormente nas áreas onde aquelas estruturas haviam sido edificadas. O mesmo se poderá dizer das "entradas": após o seu fecho intencional (aliás, realizado, em alguns casos, com dormentes de granito), as zonas das "entradas" foram impedidas de ser usadas para quaisquer fins.

Em dois outros casos (estruturas 4 e 9) (Fig. 4), as estruturas foram "limpas" e posteriormente "condenadas" com lajes de xisto azul. Aqui não se trata de proteger o conteúdo, mas tão só, de impedir (por motivações sociais obviamente ocultas) a sua reutilização.

Em qualquer das situações estamos perante *um fecho/abandono activos, que implicam prolongar no tempo a memória dum interdito*. Sobre esta problemática voltaremos a pronunciarmo-nos noutro ponto do texto.

- Finalmente, falemos da necessidade de se mudar de terminologia quando nos referimos a sítios como Castelo Velho.

Eliminar a expressão "povoado fortificado" parece-nos elementar, não só a utilização defensiva se nos afigura pouco relevante, mesmo a um nível baixo de análise, como este lugar terá funcionado diferentemente segundo diversas escalas interpretativas. A sua denominação deve, portanto, apontar para o maior denominador comum. Parece-nos que a designação "*recinto murado*" é preferível a "povoado fortificado", cuja conotação exclusivamente defensiva perturba a latitude interpretativa destes sítios multifuncionais.

Mas, apesar desta alteração, continuamos a utilizar denominações clássicas quando designamos estruturas pétreas como "torres", "torreões" e "bastiões". Fizémo-lo porque não é fácil encontrar adequadas alternativas terminológicas. No entanto, estamos convictos que a utilização prolongada e acrítica destas designações poderá condicionar a liberdade conceptual da sua reinterpretação à luz da mudança de paradigma proposta anteriormente.

3. A terceira fase construtiva desenvolve-se desde os inícios do 2^o milénio A. C. até c. 1300 A C.

Esta terceira fase deixou globalmente intacto o anterior dispositivo arquitectónico (Fig. 5): recinto/"avançado", plataforma (PF1) rampa/talude (RP2) e, a leste, um murete/talude (m/t). Por outro lado, as principais estruturas pétreas usadas neste momento foram construídas ainda durante a segunda fase: murete delimitador do recinto (M); torre (TR), torreão 1 (T1), estrutura 1, estrutura 10, torreão 2 (T2). Na plataforma (PF1) foi mantido (com algumas alterações de pormenor) o "átrio" (A). E no recinto permaneceram duas "entradas" (W1 e S), que eram também as únicas a subsistir no final da segunda fase. Ou seja, a um nível muito geral de análise, o monumento manteve as suas características arquitectónicas estruturais inalteradas. Todo o edifício da terceira fase se articula com sedimentos de cor acastanhada, a que se deu o nome da camada 2.

Apesar desta manutenção global observaram-se algumas inovações específicas dignas de nota. Em primeiro lugar, registou-se, em certos sectores, uma intensa *reconstrução da rampa/talude* (RP2). Tal reconstrução foi particularmente marcante no lado sul e sudoeste do monumento, onde a "massa" de pedra e argila foi alteada c. de 50 cm. Em segundo lugar, a plataforma intermédia (PF1) foi colmatada, em certas áreas, com "cascalho", o qual ocultou algumas estruturas pétreas da fase anterior, nomeadamente a estrutura com ossos humanos (E.R.).

Nessa plataforma intermédia foram abertas estruturas perecíveis que deixaram vestígios indeléveis: fossas, buracos de poste, pequenas estruturas pétreas. Apesar desta precaridade vestigial, a análise da dispersão de materiais, nomeadamente dos vasos cerâmicos, alerta-nos para uma intensa ocupação da plataforma nesta terceira fase.

O "avançado" também foi colmatado de pedras, "cascalho" e argila, dissimulando as estruturas da fase anterior. Transformou-se, assim, numa espécie de plataforma monumental em rampa, "debruçada" sobre a vertente sul do morro.

A leste, o murete/talude (m/t) ter-se-á transformado em pequeno talude, continuando a funcionar como separador espacial.

De referir que no interior do recinto, o único contexto construído e selado desta fase ocultou intencionalmente uma estrutura concebida num momento anterior: - trata-se de uma espécie de "caim" (C) ou amontoado ordenado de pedras (Fig. 5), o qual inseria, no seu interior, *in situ*, um vaso carenado liso, quase inteiro.

Todas as estruturas desta fase construtiva apresentavam conteúdos alterados mercê de diversas reutilizações.

Destaque-se o alargamento da "entrada" W1, que deve ter passado a funcionar como "porta" principal de acesso ao recinto.

Durante esta fase construtiva (cerca de 500 anos ?) manteve-se uma associação vegetal de tipo mediterrânico. No entanto, verifica-se uma substancial alteração do padrão: surge, em grande quantidade, o *medronheiro*, associado a *giestas*, nomeadamente no interior do recinto (a oeste, na zona Z). Nessa mesma zona também ocorrem plantas comestíveis, como o fruto do medronheiro, a ervilha, o chícaro e a lentilha. Foram identificados, em menor quantidade, a azinheira, o sobreiro, o carvalho de folha caduca e o salgueiro. Pela primeira vez foram observadas *urzes*. Para I. Figueiral, tal variação pode dever-se tanto à degradação do bosque envolvente, e à correlativa emergência de espécies como o medronheiro e a urze, como (também) a uma selecção operada no sítio, devido ao desenvolvimento de actividades específicas. Os dados relativos à *fauna* consumida no local são ligeiramente mais abundantes do que na fase anterior. Verificaram-se várias concentrações (sobretudo no exterior do recinto) e identificaram-se as seguintes espécies: cabra, boi, carneiro, porco (espécies dominantes), coelho, cão, barbo, raposa, doninha e ave (indeterminada).

Os *materiais* recolhidos são ligeiramente menos abundantes e menos variados do que na segunda fase construtiva.

Os *vasos cerâmicos*, muito frequentes, inserem formas tradicionais (existentes nas fases anteriores), e formas novas ao nível do sítio: carenadas, tronco-cónicas, taças muito abertas, etc. Permanecem algumas decorações "penteadas" e emergem exuberantes decorações plásticas (cordões, medalhões, etc), a par das fortemente padronizadas decorações Cogeces.

A dispersão espacial dos vasos Cogeces aponta para vários agrupamentos de recipientes, tanto no interior como no exterior do recinto (sobretudo na plataforma intermédia).

Entre os artefactos de pedra lascada, sobretudo em quartzo, surge um número diminuto de pontas de seta. Em pedra polida foram descobertos apenas três machados de anfibolite. Entre os utensílios líticos macrolíticos, predominam os artefactos de percussão/polimento (percutores, martelos, polidores/alisadores, seixos) de quartzo, quartzito, grauvaque e anfibolite, e ainda os dormentes/moventes de granito. No que respeita ao *material lítico*, e ainda mais do que na segunda fase construtiva, emergem artefactos macrolíticos, em detrimento dos artefactos de pedra polida ou de pedra lascada de pequeno porte.

Os chamados *pesos de tear* (placas e os designados "troncos de cilindros" em cerâmica) são muito menos abundantes nesta fase. Foram identificados c. de 19 fragmentos de placas (provavelmente não ultrapassam as 15 unidades de placas) e 17 unidades de "troncos de cilindro". Em qualquer das circunstâncias não se observaram agrupamentos. Estes artefactos foram sempre encontrados em espaços abertos.

Os *restantes materiais* são: dois artefactos de cobre e cinco contas de colar

Duma maneira geral, excepção feita para os recipientes cerâmicos e os artefactos líticos macrolíticos, o restante material é vestigial, disperso e pouco diversificado.

Tal como já realizámos para a segunda fase construtiva, destaquemos agora alguns tópicos de discussão sobre aspectos desta terceira fase.

É certo que o monumento se manteve estável nos seus princípios arquitectónicos básicos: subsiste um recinto "avançado", rodeado, num dos lados, por uma plataforma, e por uma rampa/talude. A leste permanece um provável separador espacial. No entanto, graças ao alargamento da "entrada" W1 (que se transformou na "porta" principal), a manutenção provável de apenas duas "entradas", a reconstrução e alteamento da plataforma, da rampa/talude e do murete/talude, parece que nos encontramos perante um monumento que se polarizou em torno de sua área nuclear (o recinto superior).

De facto, existe, nesta terceira fase, uma intencionalidade de *não só dificultar o acesso ao interior do recinto*, como de *monumentalizar as estruturas envolventes*, nomeadamente o "avançado" e a 2ª rampa/talude (RP2). Isto, apesar de indícios duma utilização activa da plataforma intermédia, cuja natureza, no entanto, se desconhece.

- Ao mesmo tempo que se verifica uma espécie de polarização em torno do recinto superior (através da deposição intencional de pedras e argila sobre o "avançado", a plataforma e o talude), abandonam-se algumas das principais estruturas pétreas da segunda fase, e opta-se por ocupações que utilizam sobretudo estruturas com materiais perecíveis. Neste sentido, existe uma espécie de paradoxo: a "monumentalização" do edifício é correlativa da perda de visibilidade e durabilidade de

algumas estruturas do seu interior. A construção dum "cairn", que fecha estruturas da segunda fase, constitui, pela sua visibilidade e boa preservação, uma excepção no quadro da *opacidade construtiva do interior do recinto / "avançado" nesta terceira fase*.

-Apesar desta alteração arquitectónica, persistem *as mesmas áreas de sobreposição de várias categorias de materiais/artefactos: as áreas Z e Y* (Fig. 5).

A área Z situa-se no local com a mesma designação ao nível da segunda fase construtiva. Abrange, entre outras, uma importante estrutura delimitada por buracos de poste. Nesta área foram identificados vasos cerâmicos (nomeadamente uma importante concentração de recipientes com decoração Cogeces), artefactos líticos, vestígios de fauna e de espécies vegetais.

A área Y localiza-se fora do recinto, a oeste, na plataforma intermédia. Inclui, entre outras, uma fossa e uma pequena estrutura pétreo. Nela foram identificados vasos cerâmicos (alguns recipientes com decoração Cogeces), vários "troncos de cilindro" em cerâmica, uma conta de colar e vestígios de fauna, que apontam para uma grande diversidade de espécies nesta área em particular.

-Durante a terceira fase construtiva apenas ficou registada, no interior do recinto, uma *deposição preservada: um "cairn" integrando no seu seio um vaso cerâmico (C)*. (Fig. 5).

Será interessante notar que esta deposição apresenta notáveis semelhanças formais com contextos de âmbito sepulcral/cultural da Idade do Bronze. E não será demais recordar que nos encontramos no interior dum "recinto murado" que já apelidámos, em tempos, de "povoado fortificado", marginalizando-se com esta denominação a multiplicidade de funções que este local encerrava.

4. *A quarta fase construtiva* poderá ter ocorrido entre c. 1300 AC. e 1200 AC. O monumento terá sido então objecto *duma petrificação*: ou seja, foi coberto por pedra e argila, por forma a ser *fechado ostensivamente* (Fig. 6).

Tal petrificação foi preservada diferencialmente em diversos sectores do monumento. Em algumas áreas torna-se actualmente muito difícil de distinguir acumulações intencionais de pedras (ou derrubes destas) de desmoronamentos de estruturas da terceira fase construtiva.

Relativamente à última fase construtiva (em época pré-histórica) importa salientar a preocupação de *encobrimento intencional* do sítio com uma espécie de "carapaça pétreo". Tal encobrimento assume, assim, foros de "condenação activa", materializada fisicamente num dispositivo pétreo de grande envergadura, que terá funcionado como um *interdito de longa duração*. Lembremo-nos que o topo do morro de Castelo Velho nunca mais voltou a ser ocupado até à Idade Média, altura em que foi, aparentemente, habitado de forma esparsa⁴.

Mais uma vez, e agora de forma extremamente impressiva, estamos perante um fenómeno recorrente em Castelo Velho: *a "condenação" simbólica de estruturas e espaços, expressa na deposição organizada de pedras* (xisto de várias matizes) e argila, eventualmente enquadrada por actividades de natureza ritual.

5. Finalmente, destaquemos algumas ideias sobre as grandes *continuidades* arqueológicas e algumas *mudanças* observadas ao longo de cerca de 1500 anos no sítio de Castelo Velho.

- Enunciemos, em primeiro lugar, as permanências mais relevantes.

O *lugar* de Castelo Velho constitui-se, por volta de 3000 AC, através da edificação, no topo do morro, dum *torreão* e de outras estruturas de menor envergadura. Esse torreão, reutilizado até c. 1300 AC. constitui o eixo arquitectónico dum edifício que se consolida ao longo do 3^o e do 2^s milénios A.C.

De facto, algures nos inícios do 3^o milénio (2900 A.C. ?) constrói-se, no cume do morro, um *recinto "avançado"* rodeado, a sul e oeste, por uma *plataforma e rampa/talude*. Este monumento vai manter-se globalmente estável até c. 1300 A.C., altura em que é simbólica e fisicamente fechado.

Durante a maior parte do tempo de vida deste monumento subsiste um padrão de grande densidade de materiais no seu lado oeste, assim como a continuidade das mesmas áreas de sobreposição de vários tipos de artefactos (áreas Z e Y).

⁴ Encontra-se em preparação um estudo que dará conta de todos os dados resultantes da ocupação medieval em Castelo Velho de Freixo de Numão.

Entre c. 3000 A C. e 1300 A C. sobressaiem outras continuidades:

- permanência de indicadores duma paisagem envolvente de tipo mediterrânico e duma fauna consumida dominante constituída por carneiro, cabra e boi;
- subsistência de vasos cerâmicos obedecendo a formas e padrões decorativos tradicionais, recorrentes em fases similares no Norte de Portugal;
- presença predominante de artefactos líticos relacionados com percussão/alisamento e de moventes/dormentes, em detrimento de pontas de seta, lascas ou lâminas.

Acrescente-se que este longo período, entre 3000 e 1300 A C, abarca os momentos correntemente designados por Calcolítico, Bronze inicial e médio. No entanto, as várias fases construtivas não coincidem linearmente com os interfaces tradicionalmente aceites para os referidos períodos.

Assim, lembremo-nos que a primeira fase construtiva se insere no Calcolítico pleno regional; a segunda (de longa diacronia) arranca no Calcolítico pleno e desenvolve-se provavelmente até meados do Bronze inicial; a terceira fase percorre o Bronze inicial e médio; a quarta fase opera-se no final do Bronze médio.

• Quanto às transformações arquitectónicas ou ocorrência de materiais com uma duração bem delimitada no tempo, assinalemos as principais:

- ainda na segunda fase construtiva observa-se o fecho de cinco "entradas", tornando-se mais difícil o acesso ao recinto superior;
- a partir, pelo menos, da terceira fase construtiva, verifica-se a substituição de algumas estruturas pétreas por estruturas construídas com materiais perecíveis;
- durante a segunda fase construtiva surge, em exclusividade, ou em larga maioria (relativamente aos momentos anteriores e seguintes), sementes carbonizadas de cereais, vasos com decoração oculada e campaniforme cordado, alguns artefactos de pedra polida, placas em cerâmica (pesos de tear?), artefactos de adorno, de cobre e de ouro;
- por sua vez, na terceira fase construtiva emerge também, em exclusividade, ou em grande quantidade, madeira e fruto de medronheiro, giestas e urzes, novas formas e decorações de recipientes cerâmicos (nomeadamente a decoração Cogeces) e "troncos de cilindro" (relacionados com a tecelagem?).

Se eventuais processos pós-deposicionais, "limpezas", e outras truncagens dos sedimentos arqueológicos podem justificar algumas ausências/presenças de materiais (nas respectivas camadas), cremos poder afirmar, com segurança, que a segunda e terceira fases construtivas se correlacionam com uma pujante afirmação monumental.

• Enfim, em inícios do 3^o milénio A C. foi *planeado* um programa arquitectónico de grande dimensão que implicou: a "escultura" ou afeiçoamento dum morro, de forma a alterar-lhe o volume inicial; a construção de barreiras físicas a condicionar os acessos e a movimentação geral em torno e dentro do monumento; um sistema permanente de *manutenção* do dispositivo durante muitas centenas de anos.

Tal programa, concebido nos inícios do 3^o milénio A. C, materializou-se no terreno durante c. 1500 anos até à segunda metade do 2^o milénio A C.

Alonga duração deste "sítio excepcional" é, talvez, uma das suas mais incisivas particularidades.

II. O "monumento" de Castelo Velho de Freixo de Numão no âmbito dos recintos murados pré-históricos peninsulares

1. Um lugar na paisagem: alguns tópicos

Castelo Velho de Freixo de Numão localiza-se no Norte de Portugal, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (Fig. 7). Situa-se num remate de esporão, a c. de 681 m de altitude absoluta, virado a um tributário da margem esquerda do Douro, o rio Vale da Vila (Fig. 8).

Sobre a sua inserção na paisagem, entendida esta como uma rede dinâmica de lugares interconectados (Thomas, J., 2001), destaquemos alguns aspectos que deverão merecer um futuro desenvolvimento:

- O sítio de Castelo Velho foi implantado no *rebordo dum esporão* e não na sua plataforma mais

aplanada, que se encontra retraída relativamente à falésia. Daqui resulta que o monumento, constituído fundamentalmente pelo recinto / "avançado", se encontra como que "entornado" na parte superior da vertente sul e sudeste do referido morro. Esta localização particular torna o sítio de Castelo Velho especialmente *destacado no topo do rebordo do esporão*, face ao rio do Vale da Vila, ao planalto de Foz Côa e, evidentemente, face aos montes emergentes nessa direcção, nomeadamente o Monte de S. Gabriel, sobranceiro ao rio Côa (Fig. 8). O lugar de Castelo Velho foi concebido de forma a não estar dissimulado na paisagem. Pelo contrário, o sítio foi premeditadamente implantado num *lugar visível de muito longe*. Este destaque - que seria uma vulnerabilidade se estivéssemos em presença dum "povoado fortificado" - apresenta-se como uma propriedade distintiva dum sítio que joga como a *visibilidade/monumentalidade* do seu dispositivo arquitectónico.

- O que se vê do alto do sítio de Castelo Velho? Para norte e oeste o sítio é rodeado por montes próximos, mais altos; para sul emerge uma sucessão de montes também próximos, de altitude mais ou menos similar aos do esporão de Castelo Velho; para leste/sudeste, num ângulo de quase 180°, o sítio domina uma vasta paisagem, escalonada em patamares: o rio do Vale da Vila, o "plateau" de Foz Côa, o enclave do rio Côa, vários montes situados além Côa (nomeadamente o Monte de S. Gabriel), e, no último horizonte, para sudeste, a Serra da Marofa.

O ângulo de visão que se obtém para leste/sudeste, encontra-se delimitado, a nordeste, por um monte mais alto, existente nas proximidades (na direcção da aldeia de St^o Amaro) e, a sudeste, por uma elevação próxima do Monte do Facho (Fig. 8). Sensivelmente a meio deste ângulo de visão surge, imponente, na margem esquerda do rio Côa, mesmo em frente do Castelo Velho, o Monte de S. Gabriel. Esta elevação, de 652m de altitude absoluta, encontra-se precisamente no eixo médio do referido ângulo de visão, tornando-se, devido à topografia envolvente, no elemento polarizador desta cenografia natural. Castelo Velho "olha" o Monte de S. Gabriel, elemento físico incontornável do alto do monumento. Olha-o, diga-se, numa altitude ligeiramente superior.

- Assim, Castelo Velho é um *sítio alto* (acima dos 600m de altitude absoluta), *bem destacado na paisagem* (visível de muito longe), comum *ângulo de visão restringido* (apenas para leste/sudeste), dominando, nessa direcção, uma *vasta paisagem* desdobrada em múltiplos horizontes, polarizada pelo Monte de S. Gabriel.

- Na região, existem outros possíveis recintos monumentais, provavelmente contemporâneos, com propriedades de visibilidade/monumentalidade globalmente similares: ou seja, locais de altitude absoluta acima dos 600 m, grandiosos na paisagem, dominando, de forma diferenciada, os horizontes envolventes. Tais monumentos deverão inserir-se numa tipologia de implantação/controla visual da paisagem que precisa de ser investigada.

Na freguesia de Horta do Douro, o monumento de Castanheiro do Vento (Fig. 8), a c. de 12 Km, em linha recta, para oeste de Castelo Velho, encontra-se em fase inicial de estudo Qorge, V. O. et al, 2002). Trata-se dum sítio alto, proeminente (de altitude absoluta, um pouco superior a Castelo Velho), aparentemente de maior dimensão, com grande impacto na paisagem, e com um ângulo de controle visual muito mais amplo. De facto, do alto do Castanheiro do Vento tem-se uma visão menos condicionada do que em Castelo Velho (um ângulo de quase 360°).

No entanto, através da distinção de planos de horizontes (consoante a sua maior ou menor proximidade), pode-se visualizar duas situações quanto ao controle visual: para leste/nordeste obtém-se o domínio da Ribeira da Teja e do Monte de Numão; nas restantes direcções, os horizontes são tão distantes que se confundem com "paisagens abstractas".

A intervisibilidade de Castelo Velho e Castanheiro do Vento é diminuta.

Castelo Velho domina fundamentalmente o Vale da Vila/planalto de Foz Côa/vale do Côa, ou seja, está conectado, para leste, com uma importante zona de passagem natural que cruza o rio Douro.

Castanheiro do Vento domina basicamente a Ribeira da Teja, tributária da margem esquerda do Douro. Interessante notar que ambos os sítios, apesar da diferença já mencionada dos seus ângulos de controle visual, dominam paisagens de vale que se desenvolvem para leste. E que esses vales se conectam com tributários do rio Douro.

No caso de Castelo Velho, como já referimos anteriormente Qorge, S. 0,1993,1999 b), se, a uma escala local, ele se encontra relacionado com vales de rios da margem esquerda do Douro, a uma escala regional parece articular-se com uma *zona de passagem ou cruzamento de vias naturais*,

constituídas pelos rios Douro, Vale da Vila e Sabor. Trata-se dum antiquíssimo "corredor" (sobrepondo-se à falha geológica de Viiarça-Longroiva), que une áreas férteis localizadas a sul e a norte do Douro, estendendo-se ao longo da periferia ocidental da Meseta.

2. *O monumento de Castelo Velho no quadro dos recintos murados monumentais do 3^o/2^o milénios A C. da Península Ibérica.*

Os primeiros monumentos construídos, dispersos de forma significativa na paisagem, surgiram durante o 5^o/4^o milénios A C. em diferentes regiões da Península Ibérica. São os sepulcros sob "tumulus", também abundantes no Norte de Portugal (Jorge, S. O, 1998 b). As necrópoles de sepulcros neolíticos seguiam uma lógica de implantação na paisagem relativamente simples: pequenos montículos de terra emergiam sucessivamente no espaço, ao longo dum determinado lapso de tempo, através dum processo aditivo.

Na construção destes monumentos não se visualizava qualquer programação prévia de conjunto, nem qualquer intenção de abarcar/interferir em grandes troços da paisagem. Por outro lado, não eram perceptíveis barreiras físicas em torno dos monumentos neolíticos (Jorge, S. O, 1998 b, no prelo).

Os recintos monumentais, entre os quais se incluem os "recintos murados" de tipo Castelo Velho, surgiram na Península Ibérica a partir dos finais do 4^o/inícios do 3^o milénio A C. (Jorge, S. O, 1994, 1999 b).

São de tipologia diversa e necessitam de ser investigados nos seus contextos regionais. A denominação "povoado fortificado", aplicada aos "recintos murados", limita a liberdade de se repensar estes sítios à luz duma grande multiplicidade de funções e de escalas de análise, e, como tal, do nosso ponto de vista, deve ser substituída (Jorge, S. O, no prelo).

Vejamos algumas características estruturais que distinguem os "recintos murados" do 3^o/2^o milénios A C. relativamente aos monumentos sepulcrais do 5^o/4^o milénio A C:

-Os "recintos murados" ocupavam sítios altos, que interferiam visualmente com a paisagem. Vistos de longe, eram *referências incontornáveis*, que pontuavam novos territórios;

-Estes monumentos resultavam de *programas arquitectónicos planeados previamente* segundo uma *concepção global de conjunto*;

-Muitos destes recintos persistiram no tempo, *de forma activa*, durante muitas centenas de anos. Desta maneira, funcionaram como sítios polares, congregando as populações em torno de lugares que criavam laços com o passado. A durabilidade de Castelo Velho como "monumento vivo", partilhando uma grande multiplicidade de funções, deve ter contribuído para a criação de novas "centralidades";

-A edificação de estruturas monumentais no cume de elevações *tornava-as significantes, do topo à base*. Por outro lado, a construção dum monumento de longa duração requeria um *sistema coeso e permanente de manutenção do dispositivo durante muitas centenas de anos*.

Tal facto implicava a vivência, nas proximidades da zona nuclear do monumento, dum segmento importante da população. Assim, estes monumentos e áreas adjacentes deveriam ser lugares mais densa e heterogeneamente habitados do que se tenderia a pensar. A rejeição da dicotomia "lugar de ocupação permanente - doméstica/ lugar de ocupação sazonal - ritual" (Jorge, S.O, 1998 b, 1999 b, no prelo), encontra aqui um bom terreno de análise.

-Os "recintos murados" peninsulares deixaram de funcionar, como tal, entre o 3^o e o 2^o milénio A C. Alguns terão sido abandonados como resultado duma ruptura com os anteriores sistemas de povoamento. Sobre estes sobreveio a ruína e o progressivo esquecimento. Outros poderão ter sido desocupados, no quadro duma "estratégia de mobilidade" (Valera, A C, no prelo), não significando, necessariamente, o seu "abandono", uma descontinuidade com o sistema cultural que lhe havia dado origem. Sobre estes, pode ter sobrevivido a memória dum lugar que, apesar de já não funcionar nos mesmos moldes anteriores, se quis preservar como elemento organizador da paisagem e polarizador da identidade dum espaço. A investigação dos contextos em que se produziram tais desocupações encontra-se por realizar a nível peninsular. É, no entanto, de supor que o "fim" destes lugares corresponda a uma tipologia tão variada quanto o seu início e os processos de desenvolvimento local e regional.

No caso do "recinto murado" de Castelo Velho estamos perante um sítio que, por volta de 1300 A C, foi sujeito a um processo de "petrificação", ou seja, foi *simbolicamente fechado* através da deposição duma espécie de "carapaça" de pedra e argila

Destaquemos, em primeiro lugar, a marca física do seu fecho: trata-se do que vulgarmente se designa, em contextos sepulcrais/rituais, por uma "*condenação*". A acção de aposição de pedra e argila pode ter sido eventualmente enquadrada por "rituais de fechamento": tratou-se certamente dum momento importante na vida do lugar.

Em rigor, a "condenação" de Castelo Velho tanto pode corresponder a um "abandono de ruptura", como a um abandono realizado no âmbito duma reformulação das estratégias de povoamento. A marca física da "condenação" diz-nos que se estabeleceu um *interdito* de voltar a construir ali. De facto, após a "petrificação" não houve qualquer reocupação, que tenha ficado registada, até à Idade Média. Ou seja, deixou de haver expectativas de se voltar a habitar o lugar "como dantes". Tal interdito pode ter dado origem ao encobrimento do lugar e ao seu progressivo desaparecimento enquanto pólo estruturante do espaço. Em alternativa, após a "condenação" do monumento, o lugar pode ter subsistido activamente na memória, tendo-se desenvolvido, ao longo do tempo, todo um sistema de reactualização do seu papel simbólico: encontros sazonais, por parte dum segmento da população, podem, por ex., ter ajudado a manter aceso o papel, agora transfigurado, do anterior "recinto monumental". A verificar-se esta hipótese, será de nos interrogarmos sobre durante quanto tempo, após a "condenação", o sítio se terá mantido simbolicamente activo. E, já agora, será legítimo colocar outra questão: durante esse eventual lapso de tempo, o papel do lugar, como organizador da paisagem, terá sofrido alterações de sentido?

A "condenação" de Castelo Velho, entendida como o começo (e não o fim) dum processo de revalorização simbólica, pode ter integrado o lugar em lógicas de percepção e gestão do espaço, bem distintas das que funcionavam na época em que existia ali um "recinto monumental".

Na verdade, *os lugares "vivos" ou "abandonados" (mas simbolicamente activos) são sempre elementos reconfiguradores das paisagens.*

- Os "recintos murados" do 3^o/2^o milénio A C. inserem-se em paisagens pontuadas por uma grande diversidade de lugares interconectados.

Os lugares de vivência permanente (os designados "povoados") ocorrem nas mais diferentes topografias, possuindo dimensão, complexidade arquitectónica, duração e visibilidade muito variáveis. Surgem distantes ou nas proximidades de monumentos construídos.

Tais monumentos (por ex., sepulcros sob "*tumulus*", recintos de menires/estelas, recintos murados, recintos com fossos, etc.) emergem também em diferentes topografias. Inserem-se em espaços e abarcam ou "ferem" a paisagem de forma muito diferenciada. A específica particularidade dos recintos situa-se ao nível da *delimitação física dum espaço interior*, estabelecendo, dessa forma, uma fronteira real e simbólica entre um "dentro" e um "fora". Nas imediações destes "recintos" podem viver, mais ou menos temporariamente, troços da população, também com a finalidade de conservar e proteger esse "lugares especiais". Aliás, esta proximidade também pode ocorrer com outro tipo de lugares, como os chamados santuários de arte rupestre ou os recintos de estelas/estátuas-menires. Enfim, nas paisagens de Calcolítico/Idade do Bronze, coexistem lugares abandonados, em ruína, e monumentos desocupados, cuja função memorial permanece. Eventuais visitas periódicas a estes lugares, por parte de fracções da população, instalam, mais uma vez, uma *continuidade entre o "sazonal/ritual" e o "quotidiano"*, que não se quebra após o abandono dos monumentos.

Assim, os recintos do tipo de Castelo Velho inserem-se em *paisagens onde os "lugares especiais" convivem, lado a lado, com lugares de ocupação quotidiana, sem que seja desejável, também aqui, estabelecer qualquer dicotomia entre pretensas "paisagens rituais" e "paisagens domésticas"*.

- Finalmente, uma última nota sobre a noção de monumento quando aplicada a recintos como Castelo Velho, ou seja, a lugares tradicionalmente denominados como "povoados fortificados".

Não é por ser um monumento que Castelo Velho não é um "povoado fortificado". A escala de análise em que se movimenta a interpretação destes sítios como monumentos é de nível alto e toma como eixo explicativo a função simbólica estruturante da sua representação no espaço. Deste ponto de vista, uma "fortificação" poderia também ser classificada como um tipo de monumento, desde que estabelecesse uma ruptura de representação na paisagem: se fosse um sítio alto e destacado,

com bom controle visual; se apresentasse um dispositivo arquitectónico previamente delineado, durável e monumental. Quer tivesse sido introduzida por estrangeiros, quer tivesse sido gerada por grupos peninsulares, a "fortificação" (com as características acima referidas) preencheria os requisitos dum monumento que proporcionava uma cesura na percepção da paisagem do 3^o milénio A.C. Isto, independentemente de, a um nível médio/baixo de análise, podermos admitir a sua construção para fins defensivos⁵.

Mas o recinto de Castelo Velho não é um "povoado fortificado" porque, precisamente, a essa mesma escala, ele não apresenta as características nucleares dum "lugar de defesa".

A improbabilidade de Castelo Velho ter sido concebido como um dispositivo de defesa começa pela localização do edifício no rebordo do esporão. O sítio foi implantado no ponto mais visível do morro, *desprezando uma eventual dissimulação* proporcionada pela localização do recinto a alguns metros para norte, em plena plataforma natural do esporão.

Tal improbabilidade continua com a construção das estruturas monumentais (entendidas, segundo a versão de "fortificação", como "sistemas de defesa") nas vertentes opostas à do acesso mais fácil, por norte. E poderíamos acrescentar outras características intrínsecas do sítio: um recinto com uma área diminuta; um recinto, no início, com muitas "entradas"; a presença de contextos arqueológicos de natureza ambivalente, em relação com a representação simbólica da produção e do armazenamento de cereais, ou a manipulação social dos ossos humanos, etc.

Ainsustentabilidade de tal explicação tradicional passa ainda pela ausência de vestígios de conflito aberto e permanente ao nível do chamado "registo arqueológico".

Mas se o sítio de Castelo Velho não era um "povoado fortificado", o que terá permitido que um dispositivo cénico construído tenha mantido o mesmo padrão global durante c. de 1500 anos? Ou seja, qual a função (funções?) deste lugar, se optarmos por uma escala de análise de patamar baixo?

É óbvio que a concepção deste recinto murado enquanto um monumento reconfigurador da paisagem, apenas nos diz o que este sítio foi, numa perspectiva de escala muito ampla: foi certamente um sítio mediador de sentidos, de grande impacto visual, congregador das populações, polarizador de negociações inter-comunitárias (Fig. 9).

Mas, a uma outra escala, como podemos visualizar o sítio? É certo que certas estruturas e contextos deixam entrever actividades que podemos globalmente designar de "rituais". O depósito de ossos humanos (estrutura E.R), a estrutura com sementes (S) ou o "cairn" (C) são exemplos demonstrativos de contextos simbólicos que devem ter sido enquadrados cerimonialmente. Mas sugerir que Castelo Velho teria funcionado exclusivamente como um "centro cerimonial" seria algo abusivo.

De facto, nem existem provas arqueológicas, nem as analogias antropológicas nos permitem admitir que sociedades pré-estatais pudessem conceber "lugares especializados" em hipotéticas "actividades rituais".

Mas, se não são plausíveis "centros cerimoniais" ou mesmo "lugares ritualmente especializados" em sociedades deste âmbito, como classificar, a uma escala média/baixa de análise, recintos que geraram/albergaram complexos cenários de negociação e ostentação de poder? Recintos que cristalizaram a reprodução de *metáforas* do mundo: a representação da manipulação/transformação do corpo e da terra.

Temos de admitir que a compreensão da chamada "especificidade" de Castelo Velho (como a de Castanheiro do Vento e a dos demais recintos monumentais) passa por se desenvolver uma investigação global que tenha como intuito reavaliar o universo destes sítios pré-históricos peninsulares (em toda a sua heterogeneidade contextual), à luz de novas abordagens. Enquanto tal não ocorrer torna-se impossível adicionar à inclusão destes sítios em meta-categorias ("recintos monumentais/recintos murados") a sua inserção em classificações demonstrativas de comportamentos diferenciadores específicos.

Afigura-se-nos que tal trabalho de reavaliação contextualizada começa a tornar-se indispensável. As abordagens fenomenológicas, de grande escala, são imprescindíveis (Tilley, C, 1994), mas não

⁵ Esta expressão deve ser entendida na sua generalidade. Como é óbvio, qualquer lugar concebido com *mvà junção estratégica de defesa, acaba por funcionar de múltiplas maneiras, nomeadamente para albergar pessoas, congregar comunidades, ostentar poder, etc.*

têm de ser hegemónicas. Na área da investigação pré-histórica torna-se cada vez mais necessário reivindicar uma ligação analógica, de escala média, com o passado.

O passado não deve ser tomado, a este nível, como completamente "outro": fugidio, opaco, impensável. É preciso voltar a investir os sítios do passado com o estatuto de *testemunhos* "palpáveis" de diferentes comportamentos e percepções. Tais sítios, enquanto "testemunhos", devem assegurar uma certa intelegibilidade desse mesmo passado, sob pena de não cumprirem a função social de mediadores entre o presente e o futuro. Ou, se quisermos, sob pena de não cumprirem o compromisso de serem tomados como instrumentos credíveis de projectos do presente.

O verdadeiro repto aos investigadores da Pré-história, quer em termos da formulação dum discurso científico, quer, sobretudo, na materialização do chamado discurso divulgador (afinal, a "prova dos nove" de qualquer campo disciplinar), é *dar visibilidade/intelegibilidade ao passado sem deixar de sugerir que nele existe uma inefável diferença*, portadora de estranheza e incomunicabilidade.

Essa *tensão narrativa*, longe de bloquear a tão desejada (e criticada) valorização duma continuidade com o passado, promove sobretudo uma espécie de representação caleidoscópica: afinal, até se "controla" melhor o passado se ele for pensado com uma certa aura de indecidibilidade.

Porto, Maio de 2002

III. Adenda

No Verão de 2002, durante os meses de Julho e Setembro, ocorreram escavações arqueológicas em Castelo Velho de Freixo de Numão, enquadradas no projecto de estudo e valorização deste sítio actualmente em curso.

Tal intervenção foi decisiva para se compreender um pouco mais da história do lugar e, pela primeira vez, ousar investigar as técnicas construtivas que presidiram à edificação deste monumento.

Resumamos algumas das principais descobertas, as quais, em alguns casos, alteram ou ajudam a "retocar" o quadro da vida do sítio esboçado anteriormente neste texto.

1. Apoiados no conhecimento de colegas que investigam actualmente o sítio de Castanheiro do Vento Qorge, V. O., *et ai*, 2002), levantámos e registámos integralmente a 2ª rampa/talude (RP2), que ladeia o recinto superior, a sul e a oeste (Figs. 2 a 5). Sob tal rampa/talude, foram identificados vestígios selados duma ocupação anterior à da monumentalização do lugar, a qual se articula com a chamada camada 4.

O aparecimento, em apreciáveis condições de preservação, dessa primeira ocupação do morro, numa ampla área exterior à do recinto superior (a sul e a oeste), vem pôr em causa, desde logo, a ideia de que a referida ocupação estaria acantonada ao topo da elevação. Por outro lado, também já não podemos qualificar tal ocupação de espacialmente descontínua. A verificada descontinuidade espacial no cimo do morro (Fig. 1) pode dever-se a truncagens dos sedimentos produzidas pela persistente reconstrução e utilização do recinto superior. Bastou que sobre parte dessa ocupação, num determinado momento se tivesse erguido uma estrutura durável (a rampa/talude), para tal ocupação revelar, em certos sectores, uma apreciável potência estratigráfica, inserindo contextos notavelmente bem preservados.

A descoberta de vestígios desta primeira ocupação, sob a rampa/talude, vem levantar mais questões do que fornecer respostas. De facto, podemos formular algumas perguntas:

- A ocupação mais antiga abrangeria todo o morro?

- Podemos, de algum modo, associar os vestígios de 2002 a outros revelados em 2001, nomeadamente os fundos de cabana detectados nas vertentes leste e sul (Fig. 3)?

- Qual a natureza desta ocupação? Ela estabelece continuidade ou ruptura relativamente à fase de construção do monumento?

Creemos que a datação pelo C14 de algumas amostras de carvão provenientes de novos contextos da camada 4 nos poderá ajudar a posicionar no espaço e no tempo a primeira ocupação de Castelo Velho de Freixo de Numão.

2. Algumas intervenções de conservação e restauro no interior do recinto superior suscitaram a escavação de áreas que considerávamos já completamente interpretadas. Desses trabalhos decorreram duas descobertas fundamentais sobre a maneira de edificar e conceber o espaço do recinto superior ao nível da 2^a fase construtiva (camada 3):

-O chamado Bastião Norte, adossado ao recinto superior (Figs. 2, 3, 4), veio a revelar-se uma "entrada", provavelmente monumentalizada. Tal "entrada" integrava um "nicho" lateral, no qual foi exumado um grande vaso fragmentado. Numa fase posterior, à da sua edificação, mas ainda em conexão com a camada 3, tal "entrada" foi condenada, tal como as outras cinco (Fig. 4).

-Entre esta nova "entrada", virada a norte, e a "entrada" oeste (WI) (Fig. 2), foi detectada uma aparente "anomalia" construtiva no muro que delimita o recinto superior. A investigação veio revelar que, numa fase precoce da ocupação do topo do morro, o murete havia sido interrompido intencionalmente. No espaço aberto no murete edificou-se então uma lareira e um "nicho" contendo artefactos de pedra polida. Posteriormente, todo este contexto foi fechado e condenado e o murete refeito em época pré-histórica, de forma a dar continuidade ao troço anteriormente desfeito do recinto superior.

Estas descobertas acentuam a complexidade do dispositivo cénico constituído pelo recinto superior, pelas suas múltiplas "entradas" e também por "intersecções" executadas no murete delimitador. Quaisquer que tenham sido os papéis que estes espaços desempenharam no jogo de acesso ao interior do recinto, eles foram, a certa altura, ritualmente fechados. A "condenação" de estruturas e espaços é uma das linhas de força mais consistentes sobre os processos de "ritualização" em Castelo Velho de Freixo de Numão.

3. Como já referimos, a 2^a rampa/talude (RP2) foi integralmente levantada, tendo tal acção revelado uma ocupação mais antiga (já mencionada) e, por outro lado, possibilitado a compreensão das técnicas construtivas presentes na sua feitura (Figs. 2 a 5).

Pela primeira vez, no nosso país, e num sítio arqueológico com as características do de Castelo Velho, foi executada uma tal tarefa em tão ampla escala.

A rampa/talude era basicamente constituída por três grandes sub-unidades: um murete de contenção, no topo do talude; uma potente estrutura de contrafortagem adossada ao murete de contenção; uma "carapaça" de pedras e argila que recobria as sub-unidades anteriores. Em certos sectores encontrava-se preservada a argila que recobria originalmente toda a rampa/talude.

O levantamento e registo desta imponente estrutura contribuiu certamente para o avanço da interpretação das técnicas primitivas de construção de arquitecturas da Pré-História portuguesa.

Porto, Novembro de 2002

Bibliografia

-Antunes, M. T., 1995, Jazida de Castelo Velho (Freixo de Numão). Elementos arqueozoológicos, *I^o Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. VI, Porto, SPAE, pp. 451 - 456.

-Antunes, M. T. e Cunha, S., 1998, *Restos humanos do Calcolítico - Idade do Bronze de Castelo Velho, Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa - Nota preliminar*, *Côavisão*, Cultura e Ciência, n^o 0, pp.35-42.

-Botelho, I. T., 1996, *Dos cacos e dos vasos. O "Castelo Velho" de Freixo de Numão, na charneira do IIP/IP milénio A. C. Contributo para o estudo da cerâmica pré-histórica do Castelo Velho*, Porto, 2 vols, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à FLUP (policopiada).

-Bradley, R. J., 1998, *The Significance of Monuments*, Londres, Routledge.

-Burgess, C. et al. (ed.), 1988, *Enclosures and Defences in the Neolithic of Western Europe*, Oxford, B. A. R. International Series 403 (i).

-Calvino, L., 1993, *As Cidades Invisíveis*, Lisboa, Ed. Teorema.

-Coixão, A. N. S., 1999, *A ocupação humana na Pré-História Recente na Região de Entre Côa e Távora*, Porto, Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-histórica, apresentada à FLUP (policopiada).

- Cruz, M. D. G., 1993, *Significado social da cerâmica doméstica. Fundamentos para uma classificação tipológica da cerâmica de Castelo Velho (Freixo de Numão)*, Porto, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à FLUP (policopiada).
- Darvill, T. e Thomas, J. (ed.), 2001, *Neolithic Enclosures in Atlantic Northwest Europe*, Oxford, Oxbow Books.
- Figueiral, L., 1998, Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). Os restos vegetais carbonizados, *Côavisão, Cultura e Ciência*, n^o 0, pp. 43 - 48.
- Figueiral, L., 1999, Castelo Velho (Freixo de Numão, Portugal). The charcoaled plant remains and their significance, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 1, pp. 259 - 267.
- Foucault, M., 1997, *Nietzsche, la genealogia, la história*, Valência, Pre-Textos.
- Guillaume, M., 1980, *La Politique du Patrimoine*, Paris, Ed. Galilée.
- Guillaume, M., 2001, Les fontions sociales du patrimoine, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 41,3/4, pp. 9-15.
- Hodder, I. (ed.), 2001, *Archaeological Theory Today*, Cambridge, Polity.
- Jorge, S. O., 1986, *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves - Vila Pouca de Aguiar*, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP.
- Jorge, S. O., 1993, O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-História Recente do Norte de Portugal, *1^o Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. I, Porto, SPAE, pp. 179 - 216.
- Jorge, S. O., 1994, Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, Porto, *Revista da Faculdade de Letras*, 2- série, vol. XI, pp. 447-546.
- Jorge, S. O., 1998 a, Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação, *Estudos Pré-Históricos*, vol. VI, pp. 279 - 293.
- Jorge, S. O., 1998 b, Later prehistoric monuments of Northern Portugal: some remarks, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 0, pp. 105 -113.
- Jorge, S. O., 1999 a, Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal), Geschichte der Interpretationsversuche, *Madriider Mitteilungen*, vol. 40, pp. 80 - 96.
- Jorge, S. O., 1999 b, *Domesticara terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*, Lisboa, Gradiva Publ.
- Jorge, S. O., 2001, Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, Portugal) et la problématique des "habitats fortifiés" de la Péninsule Ibérique, *Communautés Villageoises du Proche-Orient à l'Atlantique* (dir. Jean Guilaine), Paris, Ed. Errance, pp. 241 - 252.
- Jorge, S. O., 2002 a, A musealização e valorização de sítios arqueológicos: o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão, *Actas do Simpósio "Conservação e Intervenção em Sítios Arqueológicos e Monumentos Históricos"*, Porto - Paredes de Coura, Universidade Portucalense Infante D. Henrique - Câmara de Paredes de Coura, Abril 2001, pp. 125-133.
- Jorge, S. O., 2002 b, Um vaso campaniforme cordado no Norte de Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão (V^a. W. de Foz Côa). Breve notícia. Porto, FLUP, *Revista do Departamento de Ciências e Técnicas do Património*, vol. 1, pp. 27-50.
- Jorge, S. O., 2002 c, Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal, *Património. Estudos*, IPPAR, n^o 3, pp. 145-164.
- Jorge, S. O., no prelo, A Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Pré-História do Norte de Portugal: notas para a história da investigação dos últimos vinte e cinco anos, Porto, FLUP, *Livraria Civilização*, vol. de Homenagem ao Prof Humberto Baquero Moreno.
- Jorge, S. O., Oliveira, M. L., Nunes, S. A. e Gomes, S., 1998/99, Uma estrutura ritual com ossos humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), *Portugalia, Nova Série*, vol. XIX - XX, pp. 29 - 70.
- Jorge, S. O. e Rubinos, A., 2002, Cronologia absoluta de Castelo Velho de Freixo de Numão: os dados e os problemas, *Côavisão, Cultura e Ciência*, n^o 4, pp. 95 -111.
- Jorge, V. O. et al, 2002, Castanheiro do Vento, and the significance of monumental Cooper and Bronze Age site in the northern Portugal, Portugal, *Monuments and Landscape in Atlantic Europe* (C. Scarre ed.), Londres, Routledge, pp. 36 - 50.

- Muralha, J., 1996, *Materiais líticos e cerâmicos de Castelo Velho de Freixo de Numão. Continuidades e descontinuidades: uma proposta de abordagem estatística*, Porto, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à FLUP (policopiada).
- Pereira, L., 1999, *As cerâmicas "Cogeces" de Castelo Velho, Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Seu enquadramento peninsular*, Porto, Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-histórica, apresentada à FLUP (policopiada).
- Sanches, M. J., 1997, *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, 2 vols, SPAE, Textos", 1.
- Sanches, M. J., no prelo, *O Crasto de Palheiros (Murça): do Calcolítico à Idade do Ferro*, Portugalia, Nova Série, vol. XXI - XXII (2000 - 2001).
- Silva, C. M. C., 1996, *O povoado pré-histórico do Castelo Velho de Freixo de Numão no quadro do povoamento da 2ª metade do IIP milénio/Iª metade do IP milénio A. C no concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Porto, 2 vols., Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à FLUP (policopiada).
- Tilley, C., 1994, *A Phenomenology of Landscape. Places, Paths and Monuments*, Oxford, Berg Publ.
- Thomas, J., 1991, *Rethinking the Neolithic*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Thomas, J., 2001, *Archaeologies of Place and Landscape, Archaeological Theory Today* (I. Hodder edL), Cambridge, Polity, pp. 165 -186.
- Valera, A. C., 1999, *The re-creation of territorialities and identities in the IIP millenium B. C: research problems in Central Portugal*, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 1, pp. 109 -115.
- Valera, A. C., no prelo, *Mobilidade estratégica e prolongamento simbólico: problemáticas do abandono no povoamento calcolítico do ocidente peninsular*, *ERA Arqueologia*, nº 5.
- Varela, J. M., 2000, *As cerâmicas do Bronze Inicial e Médio de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Tradição e Inovação na Transição do IIP para o IP milénio A. C*, Porto, 2 vols., Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à FLUP (policopiada).
- Whittle, A., 1996, *Europe in the Neolithic. The Creation of New Words*, Cambridge, Cambridge University Press.

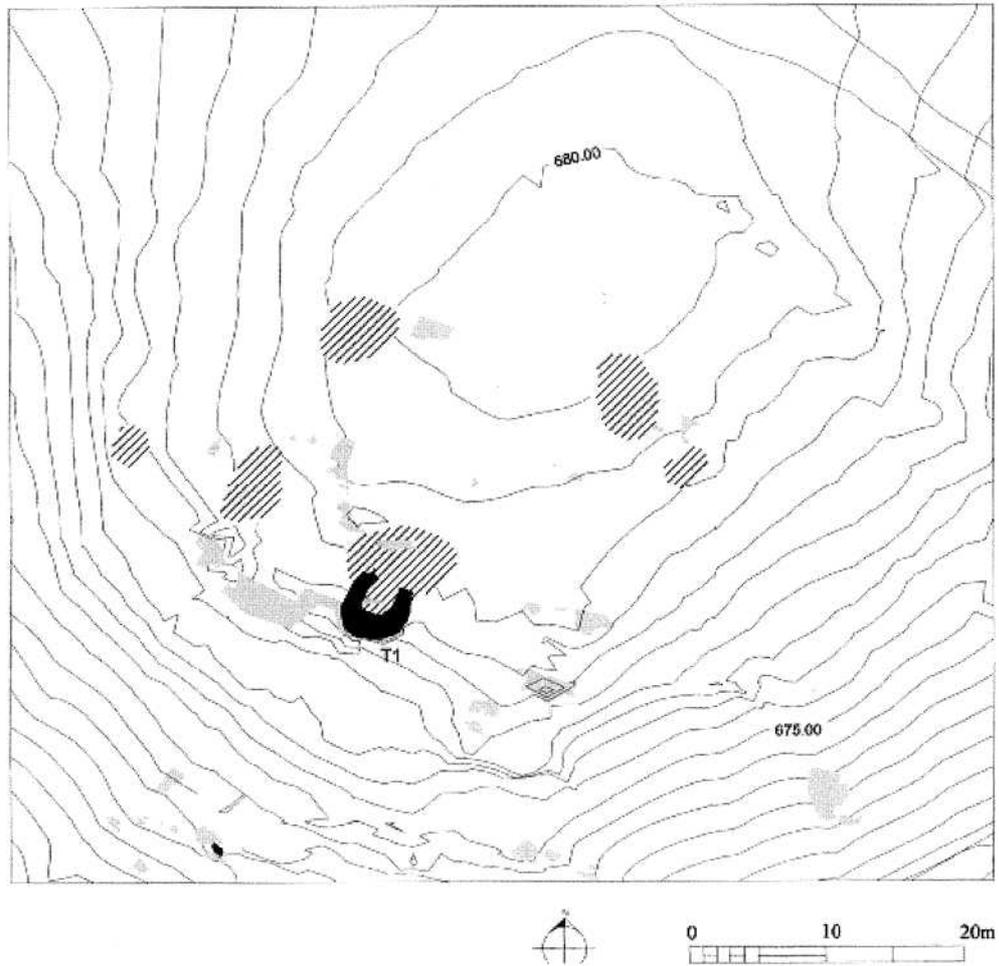


Fig. 1 - Planta esquemática do morro após campanha arqueológica de 2001: primeira fase construtiva.

T1 - torreão; tracejado - manchas descontínuas correspondentes à camada 4 (desenho final de V. Fonseca com base em informação obtida por A Guerreiro e S. O. Jorge).

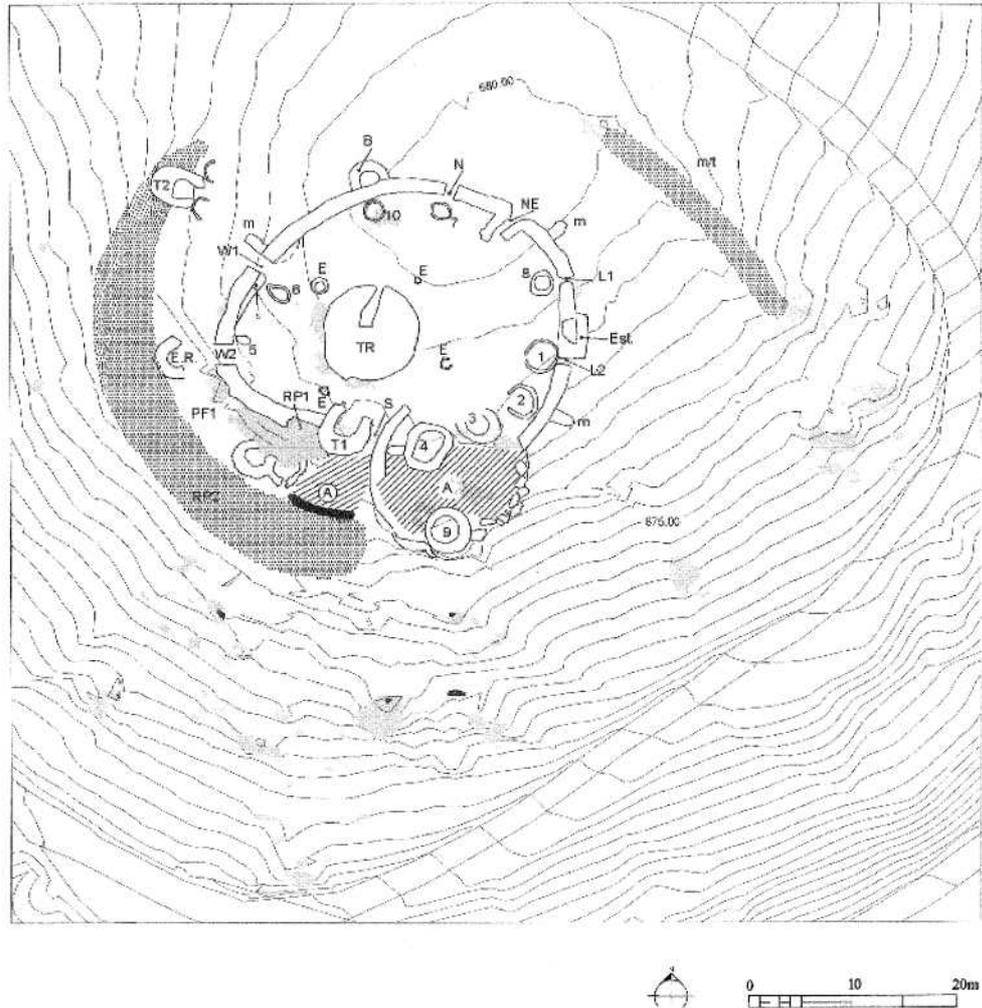


Fig. 2 - Planta esquemática do monumento após campanha arqueológica de 2001: segunda fase construtiva.

TR - torre central; E - estruturas; T1 - torreão; T2 - torreão; B - bastião; EST - estrutura leste; m - murete de contenção; N - entrada norte; NE - entrada nordeste; L1 - entrada leste 1; L2 - entrada leste 2; S - entrada sul; W1 - entrada oeste 1; W2 - entrada oeste 2; A - "avançado"; (A) - "átio"; RP1 - 1ª rampa; PF1 - plataforma intermédia; E.R - estrutura ritual; s - estrutura com sementes; RP2 - 2ª rampa/talude; m/t - murete/talude (desenho final de V. Fonseca com base em informação obtida por A Guerreiro e S. O. Jorge).

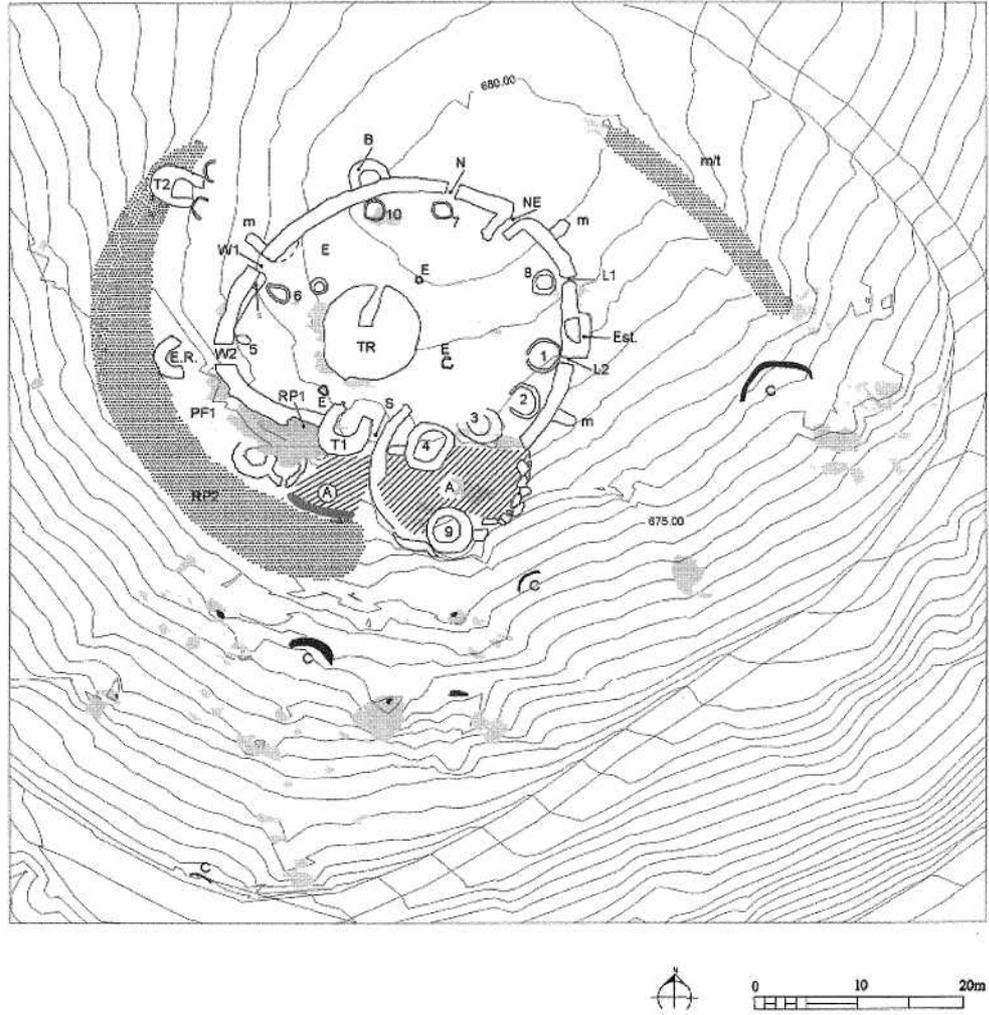


Fig. 3 - Planta esquemática do monumento após campanha arqueológica de 2001: segunda fase construtiva. C - fundos de cabanas no exterior do monumento. A restante informação é igual à da Fig. 2.

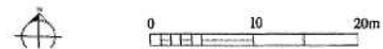
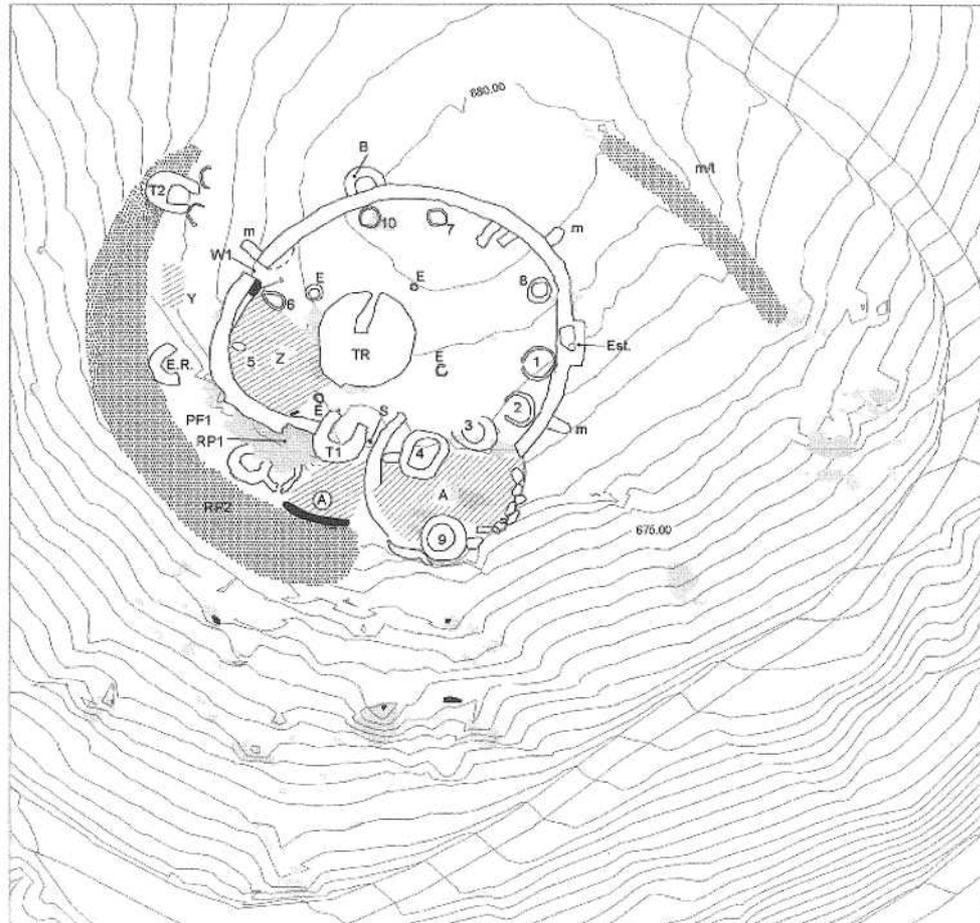


Fig. 4 - Planta esquemática do monumento após campanha arqueológica de 2001: final da segunda fase construtiva.
 Z - área de sobreposição de materiais/artefactos no interior do recinto; Y - área de sobreposição de materiais/artefactos no exterior do recinto. Mantém-se abertas as entradas W1 e S. A restante informação é igual à da Fig. 2.

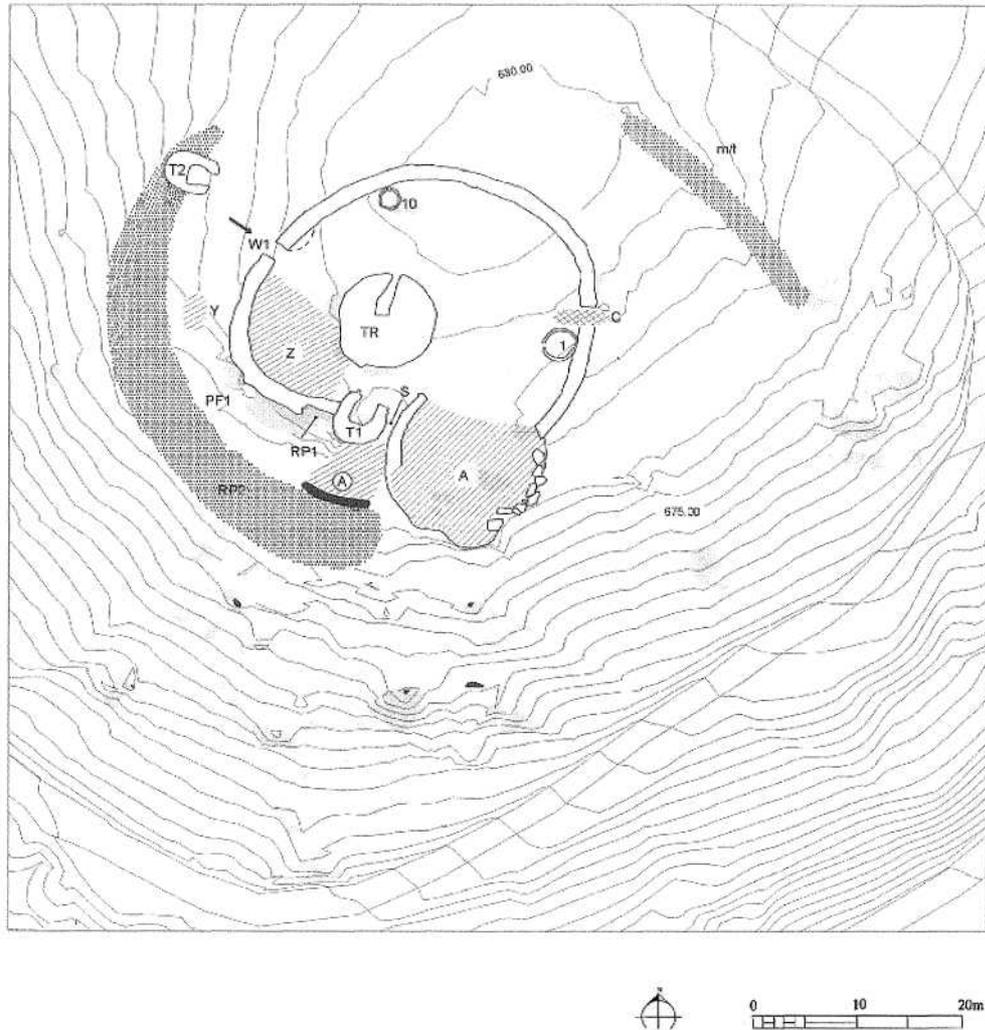


Fig. 5 - Planta esquemática do monumento após campanha arqueológica de 2001: terceira fase construtiva. TR - torre central; 1 - estrutura 1; 10 - estrutura 10; C - "caim"; Z - área de sobreposição de materiais/artefactos no interior do recinto; W1 - estrada oeste 1; S - entrada sul; A - "avançado"; (A) - "átrio"; RP1 - 1ª rampa; Y - área de sobreposição de materiais/artefactos no exterior do recinto; PF1 - plataforma intermédia; RP2 - 2ª rampa/talude; m/t - murete/talude (desenho final de V. Fonseca com base em informação obtida por A Guerreiro e S. O. Jorge).

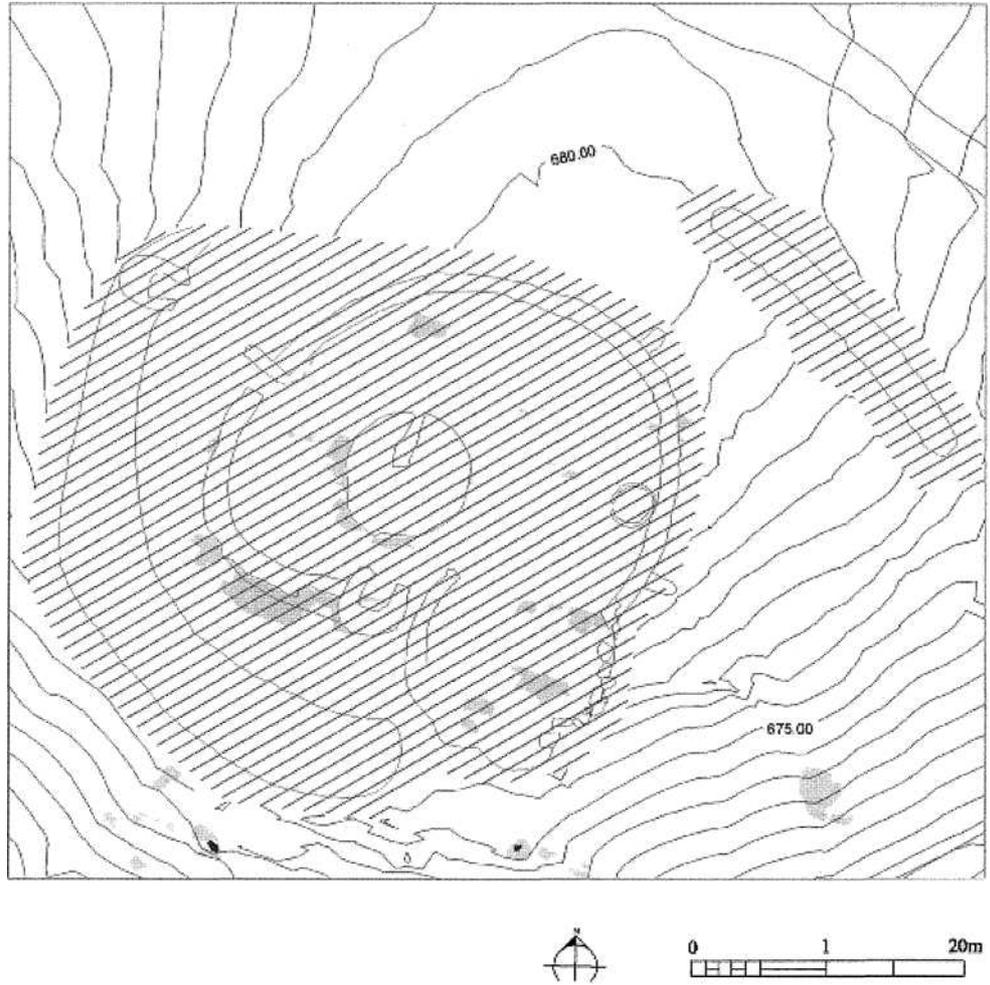


Fig. 6 - Planta esquemática do monumento após campanha arqueológica de 2001: quarta fase construtiva.
Tracejado - mancha correspondente à carapaça de terra e pedra da fase de petrificação do monumento. A restante informação é similar à da Fig. 5.

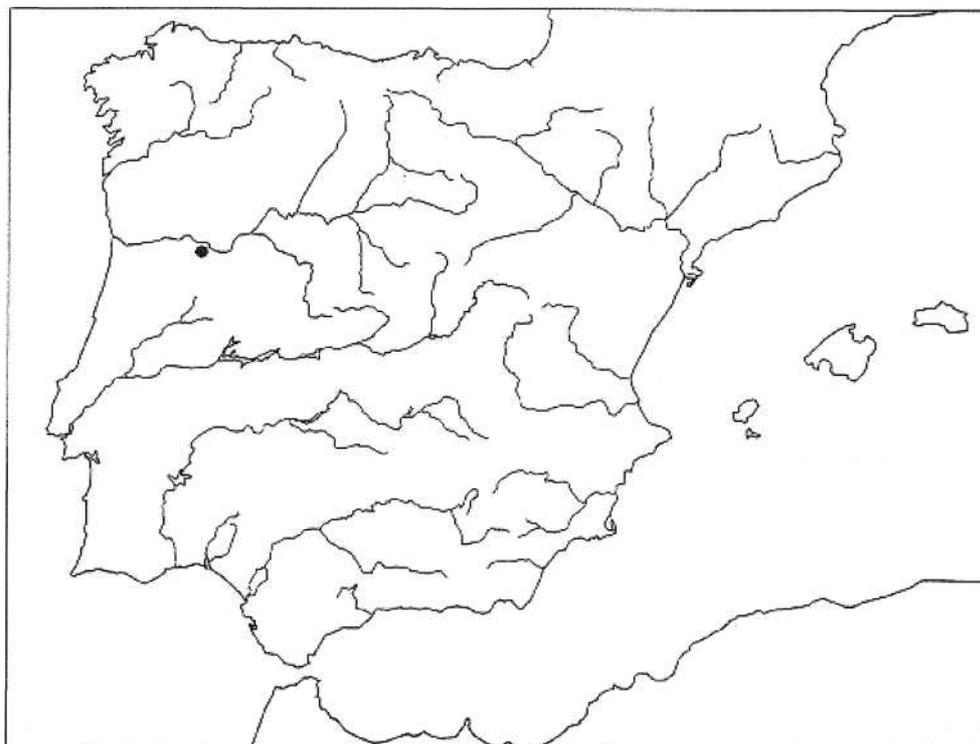


Fig. 7 - Localização do sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão na Península Ibérica.

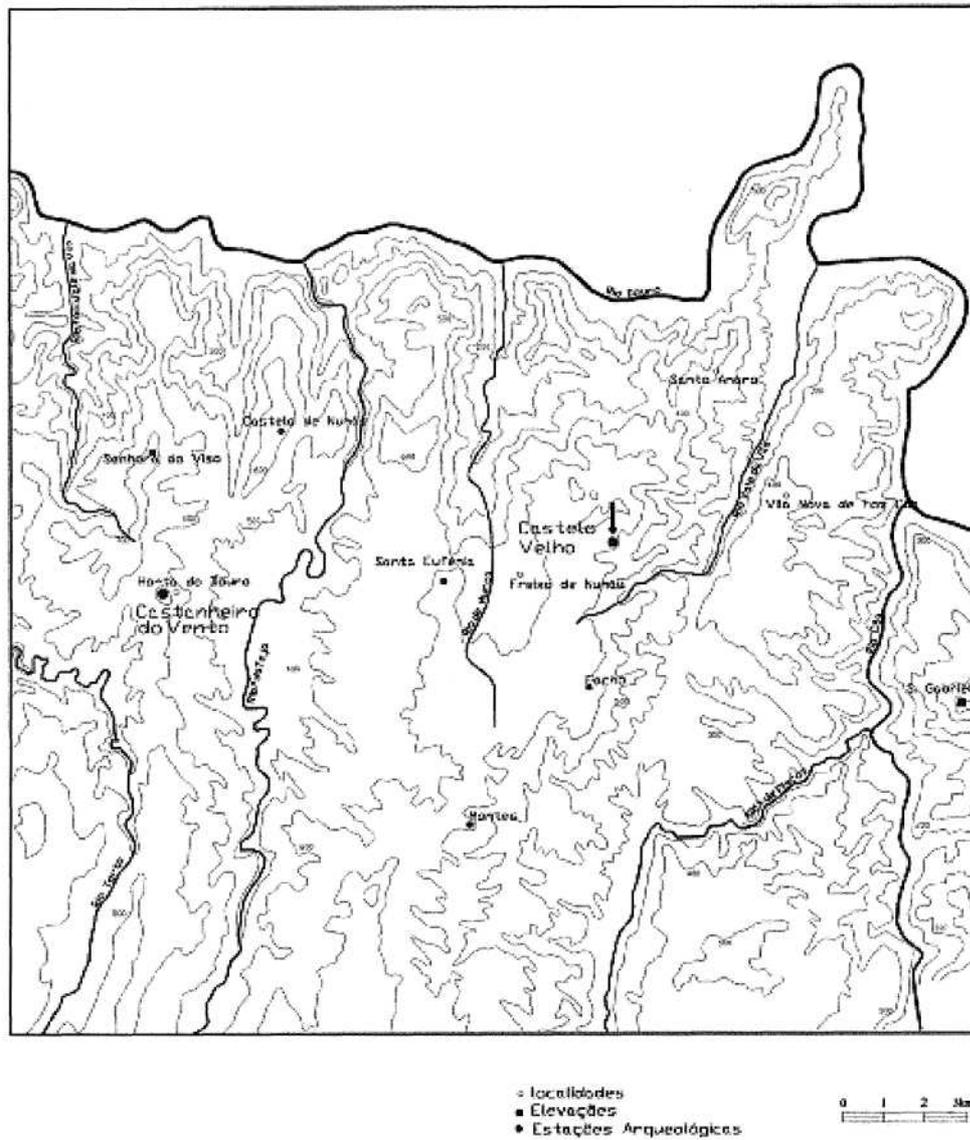


Fig. 8 - Localização do sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão no Alto Douro, no concelho de Vila Nova de Foz Côa.
 Estações arqueológicas - Castelo Velho; Castanheiro do Vento; Castelo de Numão; Santa Eufemia; Montes (desenho final de V. Fonseca com base na carta de 1:100 000 do Instituto Nacional de Investigação Agrária).

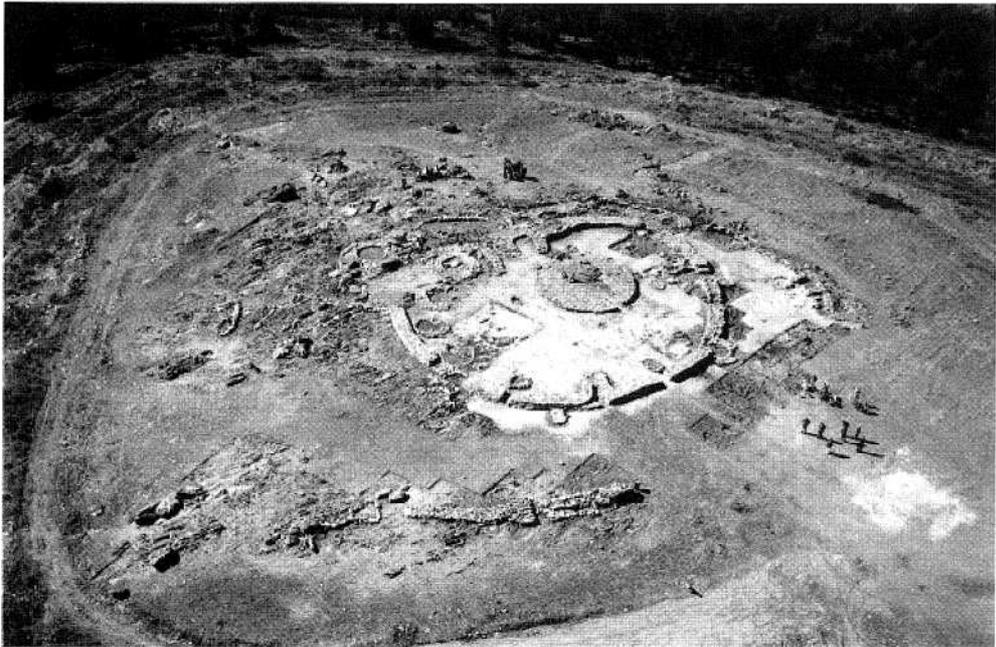


Fig. 9 A- Vista aérea do topo do monumento de Castelo Velho num rebordo de esporão, após escavações de 2002 (foto de V. O. Jorge).

B - Vista aérea (pormenor) do recinto superior do monumento de Castelo Velho, após escavações de 2002 (foto de V. O. Jorge).